



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 858/2020

Institui comissão, designa membros e expede instruções complementares para as Auditorias da Votação Eletrônica, de que cuida a Resolução TSE nº 23.603/2019.

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, nos termos do [Art. 30, incisos XVI](#), do Código Eleitoral, e do Art. 22, III, IV e VII, de seu Regimento Interno (Resolução nº 792/2017),

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 51 a 77 da Resolução TSE nº 23.603/2019,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, assim composta: como presidente, **Dr. Helder Luis Henrique Taguchi**, Juiz da 176ª Zona Eleitoral, e como membros, **Silvia Albuquerque Medici Metri**, ocupante do cargo de analista judiciário e, em comissão, Assistente do Gabinete da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral; **Fabio Henrique da Silva Skonieczny**, ocupante do cargo de técnico judiciário e, em comissão, Assistente da Seção de Ambientes de Colaboração; **Maria Regina Blanco Magalhães**, ocupante do cargo de técnico judiciário; **Diogo Sguissardi Margarida**, ocupante do cargo de técnico judiciário e, em comissão, Chefe da Seção de Planejamento Estratégico; **Cristiane Paula da Silva Galperin**, ocupante do cargo de técnico judiciário e, em comissão, Assistente da Assessoria Jurídica da Presidência; e **Mariana Pirih Cordeiro**, ocupante do cargo de técnico judiciário e, em comissão, Assistente da Ouvidoria, que atuarão sem prejuízo de suas demais atribuições.

Parágrafo único. Devidamente designada pela Procuradora Regional Eleitoral (PAD nº 3481/2020), a **Dra. Cristina Corso Ruaro**, Promotora Eleitoral que atua junto à 176ª Zona Eleitoral de Curitiba, acompanhará os trabalhos da Comissão, em atendimento ao disposto no § 1º do artigo 53, da Resolução TSE nº 23.603/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Resolução nº 858/2020

Art. 2º Os partidos políticos, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, a Controladoria-Geral da União, o Departamento de Polícia Federal, a Sociedade Brasileira de Computação, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os departamentos de Tecnologia da Informação de universidades poderão, no prazo de 3 (três) dias a contar da publicação desta Resolução, impugnar a designação de membro da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica, em requerimento devidamente fundamentado, apresentado no Processo Judicial Eletrônico (PJE), na classe Petição.

§ 1º A Petição será conclusa ao Presidente do Tribunal, que a levará à apreciação da Corte na primeira sessão ordinária subsequente, independentemente de publicação de pauta.

§ 2º O prazo para a impugnação de nova designação contar-se-á do momento da sua publicação.

Art. 3º Serão sorteadas 12 (doze) Seções Eleitorais no Estado, por turno de votação, para as Auditorias da Votação Eletrônica, sendo que as 4 (quatro) primeiras, dentre as quais uma obrigatoriamente de Curitiba, serão submetidas à auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas sob condições normais de uso e as demais à auditoria mediante verificação da autenticidade e integridade dos sistemas.

Parágrafo único. Não poderá ser sorteada mais de 1 (uma) seção por Zona Eleitoral.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

SESSÃO VIRTUAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, de 08 de junho de 2020.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA
Presidente

Des. VITOR ROBERTO SILVA
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
Resolução nº 858/2020

ROGÉRIO DE ASSIS

CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

THIAGO PAIVA DOS SANTOS

ROBERTO RIBAS TAVARNARO

Des. FERNANDO QUADROS DA SILVA

ELOISA HELENA MACHADO

Procuradora Regional Eleitoral



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PR-00044065/2020 RESOLUÇÃO**

Signatário(a): **ELOISA HELENA MACHADO**

Data e Hora: **10/06/2020 11:10:56**

Autenticado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave AD51E8DD.D7C56813.CB000379.303BCD30

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 10/06/2020 15:29:46

Por: TITO CAMPOS DE PAULA e outros

TRE



Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 135064/2020, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	TITO CAMPOS DE PAULA <i>Assinado eletronicamente em 10/06/2020 15:29:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	VITOR ROBERTO SILVA <i>Assinado eletronicamente em 10/06/2020 16:15:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	FERNANDO QUADROS DA SILVA CPF 530.127.809-63 <i>Assinado digitalmente em 10/06/2020 16:23:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIa</i>
	CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN <i>Assinado eletronicamente em 15/06/2020 10:57:16</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ROGÉRIO DE ASSIS <i>Assinado eletronicamente em 15/06/2020 11:40:50</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	ROBERTO RIBAS TAVARNARO CPF 028.781.839-08 <i>Assinado digitalmente em 15/06/2020 14:15:35</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIa</i>
	Thiago Paiva dos Santos <i>Assinado eletronicamente em 15/06/2020 18:46:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.